

# EXPERIÊNCIA NA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A MULHER: GRUPO DE APOIO A MULHERES QUE VIVEM RELAÇÃO CONJUGAL VIOLENTA<sup>1</sup>

Kátia N. Lenz César de Oliveira

Denise Machado Duran Gutierrez<sup>2</sup>

Ana Lúcia Marôpo

Maíra Mendes dos Santos

Katiane Silva

## RESUMO

O **objetivo** do projeto foi estabelecer um espaço terapêutico específico para mulheres que vivem relações conjugais violentas em Manaus, através de manutenção de um grupo aberto de apoio na Delegacia da Mulher; com encontros semanais. **Procedimentos:** 1) Divulgação com distribuição dos cartazes e *folders*, entrevistas em televisão e jornais, participação em eventos relacionados ao tema, fixação e produção de um mural na recepção da Delegacia; 2) Atendimento do grupo, todas às segundas feiras das 14:30 às 16:30 horas, com gravação em áudio de alguns encontros; 3) Algumas entrevistas às usuárias para avaliação do atendimento; 4) Discussão e planejamento do trabalho entre os membros da equipe; 4) Atendimento individual para encaminhamento e apoio psicológico antes, durante e depois da entrada no grupo; 5) Contatos constantes para melhorar parcerias com a Delegacia da Mulher, Polícia Civil e projeto de extensão Plantão Psicológico/ UFAM; 6) Encaminhamento das usuárias da delegacia através da presença de estagiários na recepção; 8) Palestras em grupos comunitários. **Resultados:** A) Estabelecimento de 26 encontros do grupo, entre novembro de 2003 e julho de 2004,

---

<sup>1</sup> Projeto de extensão desenvolvido pela autoras, Universidade Federal do Amazonas, Departamento de Psicologia, realizado nos anos de 2003-2004 na Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher em Manaus.

<sup>2</sup> Possui Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1983), Mestrado em Psicologia da Saúde pela *katholieke Universiteit van Brabant* (1993) e Doutorado em Saúde da Mulher e da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira - FIO CRUZ, R.J. (2009). Atualmente é professora associada IV da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, atuando principalmente nos temas: cuidados em saúde, gênero e geração. Exerceu o cargo de Coordenadora de Tecnologia Social no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/Manaus) de 2011 a 2024 onde atuou desenvolvendo projetos de inclusão social através da socialização do conhecimento científico. É autora de diversos livros na área da interface família - saúde e de educação, bem como de diversos artigos nos tópicos: suicídio entre idosos, relações de gênero e saúde, relações familiares e saúde, cuidados da saúde na família. *E-mails:* [ddgutie@ufam.edu.br](mailto:ddgutie@ufam.edu.br) e [dmdgutie@uol.com.br](mailto:dmdgutie@uol.com.br)

num total de 81 atendimentos; B) Criação de um espaço para apoio a crianças que acompanhavam as mães; C) Aquisição de equipamentos e transferência da psicóloga Ana Marôpo; D) Produção de um corpo de dados para pesquisas e aulas; E) Realização de 12 palestras a homens e mulheres em grupos comunitários, num total 240 participantes, em parceria com instituições da sociedade civil organizada. Resta-nos ampliar nossas capacidades de olhar para a dimensão interpessoal dentro do grupo de apoio, e ainda de direcioná-lo para assuntos que promovam discussões de interesse comum que possibilitem um apoio mútuo e conseqüentemente o fortalecimento pessoal. Precisamos ainda dar mais ênfase nas intervenções para a conscientização, tanto no que diz respeito à problemática da violência contra a mulher e conjugal quanto às especificidades do trabalho do psicólogo nesse âmbito.

**Palavras-chave:** Relações conjugais violentas; Atendimento individual; Delegacia da Mulher; Polícia Civil; Fortalecimento pessoal.

## **ABSTRACT**

The objective of the project was to establish a specific therapeutic space for women who experience violent marital relationships in Manaus, through the maintenance of an open support group at the Women's Police Station; with weekly meetings. Procedures: 1) Publicity through distribution of posters and flyers, interviews on television and newspapers, participation in events related to the topic, installation and production of a mural at the reception of the Police Station; 2) Group service, every Monday from 2:30 pm to 4:30 pm, with audio recordings of some meetings; 3) Some interviews with users to evaluate the service; 4) Discussion and planning of the work among team members; 4) Individual service for referral and psychological support before, during and after joining the group; 5) Constant contact to improve partnerships with the Women's Police Station, Civil Police and the Psychological Service extension project/UFAM; 6) Referral of police station users through the presence of interns at reception; 8) Lectures in community groups. Results: A) Establishment of 26 group meetings between November 2003 and July 2004, with a total of 81 sessions; B) Creation of a space to support children who were with their mothers; C) Acquisition of equipment and transfer of psychologist Ana Marôpo; D) Production of a body of data for research and classes; E) Holding of 12 lectures for men and women in community groups, with a total of 240 participants, in partnership with institutions of organized civil society. We still need to expand our capacity to look at the interpersonal dimension within the support group, and also to direct it towards topics that promote discussions of common interest that allow for mutual support and, consequently, personal strengthening. We also need to place greater emphasis on interventions to raise awareness, both with regard to the problem of violence against women and domestic violence and the specificities of the psychologist's work in this area.

**Keywords:** Violent marital relationships; Individual care; Women's Police Station; Civil Police; Personal empowerment.

## INTRODUÇÃO

A literatura específica sobre a violência contra a mulher, de acordo com Giffin (1995), vem assinalando que cerca de 70% desta violência contra a mulher ocorre dentro de relacionamentos afetivos-amorosos, mais precisamente de relações conjugais e de namoro. Faz-se observar, em função deste contexto, o surgimento de uma psicopatologia chamada “*síndrome da mulher agredida*”. Esta se caracteriza principalmente por um misto de medo em excesso, baixa autoestima, e culpa inadvertida. Tal dado parece indicar, por si só, a necessidade de algum tipo de intervenção psicológica junto às mulheres vítimas de violência.

Por outro lado, a mesma literatura tem definido que o problema não é psicopatológico individual, mas fruto da cultura machista que incentiva os homens a se mostrarem fortes, viris e dominadores; e as mulheres a se manterem submissas e resignadas, ao mesmo tempo em que diminui o potencial para que seja possível estabelecer um relacionamento mais íntimo maduro (equilibrado, entre outros fatores, por gênero) com o cônjuge. Os modelos explicativos sobre a questão são multidimensionais, visando entender a interação entre os fatores socioculturais, interpessoais e intrapessoais.

Com esta compreensão muitos trabalhos têm sido criados e desenvolvidos no Brasil. Os primeiros apareceram no início da década de 80 do século passado, sob o rótulo *SOS - mulher*, que eram grupos de voluntárias feministas buscando, mediante conversas em grupo, conscientizar as mulheres sobre sua posição de opressão e dar apoio jurídico (Grossi, 1994 e Heilborn, 1996), mas essas iniciativas quase que desapareceram por completo pouco anos depois, por falta de estrutura e pela tendência política exacerbada que invisibilizava a questão.

O movimento feminista, de fato o grande responsável pela visibilidade da problemática, consegue levar essa agenda à frente, e assim o governo no Estado de São Paulo em 1983 estabelece o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), para em 1985, como forma de coibir a violência contra a mulher, cria a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), que com o tempo iria disseminar-se, da mesma maneira como ocorrera com o CECF, nos três níveis de governo - município, estado e união. Em princípio de 1993 já existiam 152 DDMs (Saffiotti, 1994).

As Delegacias não se extinguíram, como o SOS-Mulher, ao contrário, mas a prática cotidiana delas, segundo Muniz (1996, *apud* Soares, 1999), tem se dado muito

mais como mediação de conflitos do que estabelecendo punições. De um lado critica-se que, na maioria das vezes, a intervenção reproduz e reforça a cultura “machista”, (Saffiotti, 1994 e Soares 1999), por outro avalia-se que esta disfunção é fruto de tentativas criativas de adaptação dos funcionários à demanda recebida, (Soares, id.), na medida em que as mulheres desistem de, ou resistem em, promover punições a seus companheiros. Grossi (1994) e Heilborn (1996), analisando essas “disfunções”, apontam para o impasse das propostas feministas frente à população, que existe, de fato, desde o SOS-Mulher, pois as feministas imaginavam que as mulheres tomariam a iniciativa de abandonar seus companheiros violentos, enquanto as mulheres procuram em tais instituições uma forma de ajuda que imponha a seus companheiros o cessar da violência contra elas.

Já nos anos 90, são implantadas as casas-abrigo. Hoje o Brasil tem mais de trinta abrigos. Segundo Grossi (1994). Eles aproximam-se mais dos SOS-Mulher, na medida em que profissionais feministas têm trabalhado ali, também por não serem apenas um órgão do Estado, como é o caso das delegacias, desaparecendo aí a “cobrança” para que as mulheres se separem dos seus companheiros.

Nos últimos anos, surgiram alternativas de intervenção, além do aprimoramento dos atendimentos nas delegacias e abrigos. O Boletim informativo de 1999 da ONG Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, dedicado ao tema da “violência de gênero”, já aponta para investimentos mais voltados à construção de programas dentro de Órgãos de Saúde Pública, hospitais, ambulatórios, projetos de medicina de família etc. E, baseado em projetos do exterior, busca-se detectar casos de violência contra a mulher sem que ela compareça ao sistema público de saúde apresentando-se como vítima.

Em Congresso Internacional sobre Violência e Família em Florianópolis, no ano de 1999, várias universidades e organizações da sociedade civil relataram a formação de grupos de autoajuda, mais preventivos e educativos, mas o mais curioso foi o relato da experiência de um grupo autônomo em São Paulo chamado “Mulheres que amam demais anônimas”, que foi criado a partir na proposta da psicóloga norte-americana Robin Norwood (1987) com seu livro “Mulheres que amam demais”, um *best seller* por lá.

Já a revista “Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos” de setembro de 2000, patrocinada pela Fundação McArthur, dedica esse número aos trabalhos com homens e revela que na Grande São Paulo, Rio de Janeiro e Recife começam a aparecer grupos de homens, em geral da classe popular, que discutem a violência doméstica, e outros temas

relacionados às questões de gênero. O mais antigo é de 1994 e os outros de 1998. Ainda que escassos, seja pela quantidade de grupos de homens formados ou pelas instituições envolvidas e população atingida, esses trabalhos são extremamente significativos, alicerçando mais do que uma outra estratégia, uma nova abordagem de intervenção. Arilha (2000), a mais antiga referência para este grupo que pesquisa e trabalha com homens sob a perspectiva de gênero, defende programas (não específicos a homens que cometem atos violentos), que ao mesmo tempo falem da opressão dos homens sobre as mulheres, mas que também possibilitem a eles um espaço de escuta, pois se trata de ajudá-los a se tornarem sujeitos políticos e defensores de seus direitos por outras vias que dispensem o uso da violência.

Hoje ainda temos notícias de grupos terapêuticos para homens autores de violência conjugal no Rio Janeiro, coordenado pelas organizações não governamentais Instituto NOOS (2002 a, b<sup>3</sup>) e PROMUNDO<sup>4</sup>, com um convênio com o Poder Judiciário.

Em Manaus há uma Delegacia da Mulher desde 1986 e uma casa adjacente que se chama “abrigo provisório”. Vale ressaltar que ela não está nos moldes indicados por especialistas por não permitir sigilo nos atendimentos e não ter recursos humanos e financeiros próprios. Trata-se de, no mínimo, dois pequenos movimentos de mulheres organizados, mas não há nenhum Conselho da Mulher mais estruturado.

Desde o ano de 2003 o Departamento de Psicologia da UFAM tem desenvolvido 2 projetos de extensão parceiros neste prédio do abrigo, que fica ao lado da Delegacia da mulher: este que estamos relatando aqui, na forma de um grupo de mulheres, e o plantão psicológico (coordenado pelo professor Darlindo Lima). Ambos buscam promover reflexões a nível psicológico e social, como propõe a história do combate à violência doméstica e contra a mulher. Os dois tem a cada dia recebido mais pessoas buscando atendimento e desenvolvido seu modo específico de funcionar. O grupo promove o encontro entre mulheres que vivem problemáticas próximas, fortalecendo o potencial de mudança entre as participantes, na medida, entre outros fatores, podem compartilhar seus problemas com pessoas que usam de repertórios interpretativos mais próximos delas do que as psicólogas coordenadoras do grupo. O Plantão psicológico abre as portas também para os homens, preserva o sigilo, e focaliza os momentos de

---

<sup>3</sup> Instituto NOOS, informação disponível em <http://noos.org.br/instituto/>

<sup>4</sup> Instituto PROMUNDO, informação disponível em <https://brazilfoundation.org/contato/>

emergência das pessoas atendidas. A continuidade do projeto é uma aposta no sentido de fortalecer e aprimorar ainda mais a forma de percorrer este caminho.

## **OBJETIVOS**

Tentando trilhar e desenvolver o caminho do movimento de combate à violência contra a mulher e a violência doméstica em geral, buscamos estabelecer um espaço terapêutico de referência específico para mulheres que vivem relações conjugais violentas em Manaus, através de manutenção de um grupo aberto de apoio na Delegacia da Mulher; com encontros semanais e coordenação inicialmente composta por psicólogos.

Sua especificidade se dá por pretender promover o encontro entre mulheres que vivem problemáticas próximas, fortalecendo o potencial de mudança das participantes, possam compartilhar seus problemas com pessoas que usam de repertórios interpretativos mais próximos delas.

Adicionalmente se busca:

1. Dar apoio inicial às demandas por atendimento psicológico das mulheres vítimas de violência conjugal atendidas tanto na Delegacia da Mulher, como nos órgãos públicos em especial de Saúde e de Assistências Social, como ainda daquelas mulheres contatadas pelos movimentos feministas da cidade;
2. Promover, após o primeiro semestre de funcionamento, um espaço de estágio para os alunos da Universidade Federal do Amazonas, especialmente do curso de psicologia;
3. Ampliar a composição dos colaboradores do grupo, de forma a construir uma equipe multidisciplinar, através principalmente de contatos com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Gênero do Amazonas – NEIREGAM - da UFAM e dos Movimentos Feministas da cidade;
4. Ser um espaço de coleta de dados para pesquisas do Grupo de Pesquisa e Estudos Clínicos-Sociais da UFAM, do qual as coordenadoras deste projeto fazem parte;

5. Dar suporte à produção de projetos futuros de apoio na área de psicologia, como grupos psicoterapêuticos fechados, tanto para mulheres como para homens que vivem relações conjugais violentas, ou ainda atendimentos de casais e de família. Todos a serem desenvolvidos no Centro de Serviço de Psicologia aplicada – CSPA na UFAM;
6. Servir como espaço de coleta de dados e teste de um futuro projeto de formulação e uso de uma cartilha sobre estratégias de combate à violência conjugal;
7. Estabelecer uma parceria regular com projeto de extensão: Plantão Psicológico da Delegacia de Mulher.

## **METODOLOGIA**

Quanto à abordagem teórica adotada aqui, a presente perspectiva de intervenção se apoia numa vertente psicossocial, que se alicerça numa fundamentação em que o ser humano é tido como produto e produtor contínuo de seu meio físico-sócio-cultural. A organização social de gênero e os direitos humanos terão um foco de atenção privilegiado na intervenção, na medida em que se pretende combater a violência contra a mulher com esse olhar psicossocial.

A forma de intervenção a ser utilizada será a atividade grupal que, segundo Vinogradov (1992) é a técnica por excelência para abordar fenômenos complexos e experiências comuns, uma vez que disponibiliza os recursos terapêuticos do grupo em favor do indivíduo, que a medida em que interage, aprende a enfrentar situações de conflito, pois a tendência a grupalização é inerente ao ser humano como característica bastante primordial, como afirma Cordioli (1998).

Quanto aos procedimentos destacamos aqui dois momentos:

*Para iniciar o trabalho:*

1. Elaboração e impressão de cartaz e folder para divulgar o grupo: provavelmente chamado: “grupo de apoio de mulheres que vivem uma relação conjugal violenta”;

2. Levantamento das instituições que deverão receber os cartazes e folders;
3. Distribuição dos cartazes e folders através dos correios para órgãos públicos e privados;
4. Visitas a movimentos feministas da cidade para pedir apoio e divulgação do trabalho;
5. Planejamento do trabalho de intervenção grupal com toda a equipe e estudos da bibliografia pertinente;
6. Levantamento e compra de material de apoio, como vídeos e cartilhas, textos científicos.

*Para manter o trabalho:*

1. Atendimento do grupo, todas às segundas feiras das 14:30 às 16:30 horas, na Delegacia da Mulher, com gravação em áudio de alguns encontros, se houver permissão por parte das mulheres atendidas;
2. Discussão e planejamento do trabalho entre os coordenadores, estagiários e colaboradores;
3. Atendimento individual para encaminhamento e apoio psicológico individual antes, durante e depois da reunião de grupo; e telefonemas para manter contato com participantes do grupo;
4. Divulgação do trabalho, formulação e distribuição dos cartazes e folders, 2 entrevistas na televisão e 2 entrevistas para o jornal, 1 participação em evento ligado ao movimento feminista, “Formulação de políticas públicas para mulheres” e 1 participação em evento sobre justiça terapêutica do Ministério Público, fixação de um mural na recepção da Delegacia com informações específicas sobre trabalhos de psicologia;
5. Contatos para melhorar a parceria com a Delegacia da Mulher, comparecimento a reuniões, distribuição de cartas e conversas, com os dirigentes da Polícia Civil (visitas e telefonemas), e com o projeto de extensão Plantão Psicológico (encontros);
6. Encaminhamento dos usuários para os trabalhos de psicologia na recepção da delegacia;

7. Confeção de relatórios diários, trimestrais e final, transcrição de fitas, entrevistas às usuárias para avaliação do atendimento grupal e serviços burocráticos em geral, por exemplo: levantamento e compra de material de apoio, como vídeos e cartilhas, apoio a Pró - Reitoria de Extensão PROEXT/UFAM e outros.

## **RESULTADOS**

1. Realização de 26 encontros para a realização do grupo, em 2003. Seguem os dados para visualizar melhor o crescimento e o decréscimo do número de participantes de acordo com as datas: 3/11 (5 pessoas), 17/11(6 pessoas); dias de 2004: 12/01 (3 pessoas), e 19/01 (5 pessoas), 26/01 (6 pessoas), 2/02 (3 pessoas), 09/02 (3 pessoas), 16/02 (3 pessoas), 01/03 (1 pessoa), e 08/03 (6 pessoas), , 15/03 (4 pessoas), 22/03 (4 pessoas), 29/03 (3 pessoas), 05/04 (4 pessoas), 12/04 (5 pessoas), 19/04 (3 pessoas) 26/04 ( 3 pessoas), 17/05 (3 pessoas) , 24/05 (1 pessoa) e 31/05 (1 pessoa), 07/06(1 pessoa), 05/07 (1 pessoa), 12/07 (1 pessoa), 26/07(1 pessoa), 09/08 ( 1 pessoa), 16/08 ( 4 pessoas);
2. Realização de 12 palestras a mulheres e homens, em parceria com a Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável – ADEIS, num total 240 participantes;
3. Criação de um espaço para apoio a crianças que acompanhavam as mães. Para isso conseguimos doações de brinquedos. Nesta direção, projetamos uma intervenção futura junto a estas crianças, no mesmo horário do grupo, com apoio de estagiários;
4. Financiamento, pela Polícia Civil, para impressão de mais folders (500) e cartazes (600) em novembro / 2003, na promessa, ainda, impressão de 1000 exemplares do novo modelo do folder (muito mais detalhado);
5. Financiamento, também pela Polícia Civil, de equipamentos (computador, mesas, cadeiras, impressora, vídeo cassete, material de escritório) e principalmente a transferência da psicóloga Ana Marôpo,

para o apoio mais intenso dela ao trabalho, o que servi de apoio também ao projeto de Plantão Psicológico;

6. Maior experiência sobre intervenção em grupo aberto na Delegacia e com vítimas de violência conjugal de classe popular, o que resultará na apresentação das experiências em amostras de extensão e em congressos científicos. Vale a pena ressaltar alguns dos principais procedimentos: 1. Disponibilizar atestados de atendimento psicológico para que as mulheres consigam abono de faltas no trabalho, 2. Solicitar à Polícia Civil de financiamento do transporte de algumas mulheres e contatos, através de estagiárias e/ou do mural e folders, com usuárias no momento da queixa e das audiências para transformar a demanda (de unicamente pedido de punição do agressor para o cuidado de si mesmas). 3. Dar mais atenção ao relacionamento entre a própria equipe e entre esta e a equipe da Delegacia;
7. Produção de um corpo de dados razoavelmente consistentes para futuras pesquisas em Psicologia Clínica e Social e composição de palestras, aulas e supervisões, em especial junto a alunos e estagiários de psicologia da UFAM;
8. Ampliação do conhecimento sobre a problemática e suas especificidades em Manaus de forma a ajudar na produção do projeto de extensão “*Elaboração e uso de uma cartilha sobre violência conjugal*” de 2004/2005.
9. Divulgação do grupo através primeiro da formulação e distribuição dos cartazes e folders, participação em eventos, fixação de um mural na recepção da Delegacia sobre trabalhos de psicologia. Acreditamos que a melhor forma de divulgação começa a ser feita através do depoimento e encaminhamento feito pelas mulheres já atendidas, o que nos parece que irá garantir manutenção e fortalecimento dos encontros do grupo;
10. Conscientização sobre a problemática dos participantes do grupo e de grupos comunitários (através das palestras e apresentação de vídeos).
11. Melhoria e ampliação das parcerias.

## CONCLUSÃO

Acreditamos que conseguimos alcançar os objetivos propostos. Os encontros do grupo, apesar de no início demorar a se concretizar, foram sendo estabelecidos com o aumento gradativo do número das participantes até o mês de Maio, apresentando uma queda significativa nos meses posteriores, algo que parece conseguirmos ter remediado. Nossa expectativa de novo sucesso se dá mediante o próprio clima das últimas reuniões, do envolvimento de novos estagiários na delegacia para apoio ao projeto, do aumento da credibilidade diante dos funcionários da Delegacia e da maior divulgação pelo uso dos folders e mural.

Em relação a procedimentos de intervenção técnica, acreditamos que devemos ampliar nossas pesquisas e estudos de bibliografia sobre intervenção em grupo e em Psicoterapia Breve, na medida em que trabalhamos com grupos abertos, em que os participantes podem entrar ou sair a qualquer momento. Nossas habilidades são ainda mais desenvolvidas num olhar individual e na dimensão de uma terapia em longo prazo. Precisamos desenvolver capacidade de olhar para a dimensão interpessoal dentro do grupo, construindo uma nova identidade de facilitadores. Precisamos ainda saber direcionar estrategicamente, o grupo para assuntos que promovam uma ação terapêutica imediata. Acreditamos que assim desenvolveremos um conhecimento a nível nacional ainda muito pouco trabalhado.

Precisamos, ainda, dar mais ênfase nas intervenções para a conscientização/ produção de novas demandas, tanto no que diz respeito a problemática da violência contra a mulher e conjugal, que começa a ser promovida com o projeto de extensão de 2004/2005 “*Elaboração e uso de uma cartilha sobre violência conjugal*”, quanto à pertinência do trabalho especializado do psicólogo nesse âmbito. Sem este caminho, a manutenção e eficácia do projeto estará comprometida.

## REFERÊNCIAS

ARILHA, M. Homens Jovens, Gênero e Masculinidades. **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**, 2 (3): 21-25, 2000.

- CORDIOLI, A.V. **Psicoterapias: Abordagens atuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GIFFIN, K. **Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde**. Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (1): 146-155, 1995.
- GROSSI, M. P. Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Número especial: 473-488, 1994.
- HEILBORN, M. L. Violência e Mulher. Em G. Velho & M. Alvito (orgs) **Cidadania e Violência** (pp. 89-97). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Ed. FGV, 1996.
- SAFFIOTTI, H.I. B. Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. Em H.I.B. Heleieth & M. Muñoz-Vargas (orgs) **Mulher Brasileira é assim** (pp. 151-186). Brasília: Rosa dos Tempos, 1994.
- NORWOOD, R. **Mulheres que amam demais**. São Paulo: beste Seller, 1987.
- NOOS – Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais (ABR/2002 a DEZ/2002 a) **Homens de Bem: Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência de Gênero. Capacitação de Agentes Multiplicadores de Grupos Reflexivos de Gênero com Abordagem**. Disponível em: [www.noos.org.br](http://www.noos.org.br), acessado em março de 2003.
- NOOS, PROMUNDO. CEOM. () Projeto piloto de aplicação de penas alternativas aos homens autores de violência intrafamiliar no âmbito dos juizados especiais criminais do Estado do Rio de Janeiro – RJ, 2002b. Disponível em: [www.noos.org.br](http://www.noos.org.br), acessado em março de 2003.
- SOARES, B. M. **Mulheres Invisíveis: Violência Conjugal e Novas Políticas de Segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- VINOGRADOV. S. **Psicoterapia de grupo: Um manual prático**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- Vídeos usados nas palestras/oficinas nos grupos comunitários:
- “Quando a amor fugiu de casa”, do Departamento de Relações Sociais de Gênero do Governo do Acre; Rio Branco

“Minha vida de João” – do Instituto Promundo, ECOS, PAPAI e SALUDYGENERO;  
Rio de Janeiro

“Gênero, mentiras e videoteipe”, da SOF, INCa e TVT; São Paulo.